



EL CIELO POR ASALTO

Mas, aí então, o grupo berrou também [...], como se houvesse ensaiado e aquilo fosse o coro de moderna tragédia grega transformada em coisa real, com gente fardada e armada encurralada na rua por civis desarmados, homens e mulheres sem nada nas mãos, a não ser as faixas.

Flávio Tavares, 1961: o golpe derrotado

A cena onde civis desarmados encerralam “gente fardada e armada” soa, a essa altura, como uma espécie de lenda revolucionária – mais próxima da tragédia grega do que do centro de Porto Alegre; onde, de fato, ocorreu em meados de 1961. A inglória renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto daquele ano, instaurou uma crise no governo brasileiro. A cúpula das Forças Armadas decidiu obstar a posse do vice-presidente eleito Jango Goulart, que era o sucessor constitucional de Jânio, mas estava em viagem diplomática à China durante o imbróglio. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, armou (simbólica e literalmente), desde o Palácio Piratini, a resistência em prol da presidência de Jango. Por se tratar do caminho previsto pela lei, batizou-se a campanha/movimento de Legalidade.

Os treze dias seguintes passaram quase que imediatamente das páginas de jornal às páginas da história. A começar pela Rádio da Legalidade, que orquestrava as mobilizações populares estado e país afora; passando pelas brizoletas, que substituíram as notas oficiais cuja circulação foi estancada em represália à campanha; e com especial destaque ao 3º Exército (atual Comando Militar do Sul), que, logo depois do episódio narrado na epígrafe, aderiu à Legalidade contrapondo-se às ordens que vinham de cima. No segundo dia de setembro de 1961, Jango foi recebido em Porto Alegre por uma multidão que já há dias habitava a Praça da Matriz. Ele vinha de Montevideu e foi, em seguida, para Brasília, onde assumiu a presidência em 7 de setembro, mas sob o controle de um regime semi-parlamentarista.

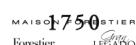
Extinguiu-se o semi-parlamentarismo, via plebiscito, no final de 1963. Poucos meses depois, em abril de 1964, houve uma nova tentativa de destituição de Jango – esta, embora igualmente ilegal, foi bem sucedida; ato inaugural da ditadura civil-militar que dominou o país por mais de duas décadas. Goulart retornou ao Uruguai, Brizola também, cumprindo um longo exílio, do qual só pôde retornar em 1979. Se a memória a respeito do período entre os anos de 1964 e 1985 segue acalentando controvérsias, aquela sobre a Campanha da Legalidade parece relativamente pacífica, ainda que, muitas vezes, pouco contundente. Evocar a Legalidade é evocar a potência das mobilizações políticas, revolucionárias e populares; sua (nossa) capacidade de deslocar presentes, passados e futuros.

EL CIELO POR ASALTO explora, assim, o acervo do MACRS tomando como motor poético/político o Movimento da Legalidade. A exposição se desdobra em quatro núcleos que tensionam, entre si e no conjunto, as possibilidades estratégicas e simbólicas da arte e da documentação histórica. O primeiro deles agrupa obras de alguns dos artistas que participaram diretamente da campanha através do Teatro de Equipe – Xico Stockinger, Regina Silveira, Vasco Prado e Zoravia Bettoli. O segundo núcleo propõe reflexões sobre as ditaduras civis-militares impostas pouco depois de 1961 na América Latina. No terceiro, abordam-se as impermanências das disputas e dos traumas políticos dos anos 1960–1980 na atualidade do Brasil. Por fim, o quarto núcleo é composto por documentos levantados em arquivos estaduais, com destaque para o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, os acervos do Palácio Piratini e o o Acervo da Luta contra a Ditadura do Arquivo Histórico do RS.

Empresta-se o título de panfletos históricos difundidos por movimentos políticos em países latino-americanos. Ele remete à ideia, tão simples quanto insólita, de que o céu não se toma por empréstimo, mas por assalto.

**Juliana Proenço
Curadora**

APOIO DA EXPOSIÇÃO



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA CULTURA